

Catarina Sarmento e Castro

Ministra da Justiça

Intervenção inicial da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião do Debate, em sede de Especialidade, do OE2024 – Assembleia da República.

Lisboa, 6 de novembro de 2023

O Orçamento do Ministério da Justiça para 2024 é de 1.961,5M€. Isso significa que há um aumento de 15,3% relativamente ao orçamento aprovado para 2023, e um aumento que se traduz em mais de 260 M€ (260,3M€).

Mais amplamente: este Orçamento reflete um crescimento de cerca de 45% face a 2015, e de 41% face ao valor aprovado em 2016, quando o atual Primeiro-Ministro, o Dr. António Costa, assumiu funções.

Para 2024, o crescimento global projetado desdobra-se em vários aumentos parcelares, todos eles significativos, e é também a essa luz clarificadora que devemos apreciá-lo.

Refiro-me, concretamente:

- ao orçamento da Polícia Judiciária (+ de 262M€) – que cresce 38,7%, com +73,1M€;
- O orçamento da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (+ de 350M€) – é reforçado em 57,7M€, ou seja, em 19,7%;

- E assim também o do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (+ de 330M€) – que cresce 20,5%, com +56,3M€.
- O do Instituto de Registos e Notariado (+ de 331M€), beneficia de +28,3M€ e por isso de um crescimento de +9,3%;
- o da Direção-Geral da Administração da Justiça (+ de 316M€), conta com +26,6M€, que traduzem um aumento de 9,2%;
- e o da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (+ de 30M€) – cresce 35,4%, isto é, em mais 8M€.

Muito relevante é também o crescimento de 12,1% das Despesas com Pessoal do Ministério da Justiça, um indicador expressivo do reforço de recursos humanos – na Polícia Judiciária, nos serviços de Registos e Notariado, nos Oficiais de Justiça, na Guarda Prisional, na Reinserção Social – com que nos comprometemos e que estamos a cumprir.

São 132,1M€, mas – mais significativamente – é um crescimento que redundará numa variação relativa muito superior ao aumento da inflação previsto para 2024 no relatório do OE 2024, que é de +3,3%.

Poderia sublinhar as variações positivas face a 2023, porque elas são inúmeras:

- dos +28M€ para os Tribunais, cuja dotação ascende agora aos 446,5M€; aos +79M€ para a Investigação Criminal, que disporá agora de 424,7M€;
- dos +88M€ para os Serviços de Reinserção e Prisionais, cuja dotação soma agora 351M€; aos Registos e Notariado, com +28M€ e um orçamento com o valor global de 331M€.

Mas o que importa, verdadeiramente, repetir, é que este é mesmo o Orçamento inicial do Ministério da Justiça mais elevado de sempre em termos nominais, é o Orçamento que reforça a estabilidade do rumo que traçámos e que temos vindo a percorrer, e é o Orçamento que permitirá que, em 2024, uma vez mais, cumpramos o que prometemos, tal como, *consistentemente*, temos vindo a cumprir.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Prometemos apresentar um plano para enfrentar os desafios colocados ao nível do edificado da Justiça. Ele aí está: aprovámos o Plano Plurianual de Investimentos da Justiça 2023-2027 – um Plano que este Orçamento já apoia –, e que, em cinco anos, nos permitirá melhorar as infraestruturas da Justiça, com mais de 200M€ destinados:

- à construção, ampliação, adaptação e/ou requalificação de múltiplas instalações afetas a tribunais espalhados por todas as Comarcas do país. Neste âmbito, não posso deixar de referir o papel crucial desempenhado também pelo Plano de Recuperação e Resiliência, graças ao qual, em 2024 e 2025, faremos um investimento de cerca de 10 M€ na aquisição de equipamentos e *software* de suporte à realização de videoconferências nos tribunais e nos serviços Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

- O Plano Plurianual suportará ainda intervenções em vários estabelecimentos prisionais e todos os centros educativos, ao cuidado da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;

- e em instalações afetas à Polícia Judiciária e ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

Estamos, portanto, perante um instrumento basilar para a concretização da estratégia de recuperação e modernização das infraestruturas, mas também, e essencialmente, perante um instrumento que vem consolidar *promessas cumpridas anteriormente*, e que não foram senão sinais objetivos do compromisso com este passo, mais largo, que já estávamos – disse-o muitas vezes – a preparar.

Um desses sinais objetivos foi a autorização das despesas relativas a construções no parque penitenciário tendo em vista o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa: posso dizer que as obras nos Estabelecimentos Prisionais de Tires, Linhó, Sintra e Alcoentre já estão em curso.

O mesmo se diga quanto ao compromisso assumido relativamente aos Centros Educativos. Continuamos a levar a cabo as intervenções identificadas como necessárias, temos já em procedimento empreitadas de maior fôlego e, sobretudo, demos prioridade às necessidades dos Centros Educativos já para 2024,

contando, aqui, também com o apoio do Plano Plurianual de Investimentos, que lhes dedica uma verba de 13,2M€.

Neste âmbito, contudo, nem tudo é redutível a estruturas, e a área da saúde mental é, igualmente, uma das áreas abrangidas pelo investimento: assim, foi já autorizada a implementação do projeto piloto da Unidade Terapêutica de Saúde Mental, a instalar provisoriamente na Casa Amarela, integrada no CE Bela Vista.

Esta Unidade Terapêutica dá cumprimento às recomendações da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, e também de instâncias nacionais e internacionais nesta matéria – abrindo para uma solução de outro problema há muito sinalizado.

Como sucederá com o revisitar da Lei Tutela Educativa, por via de um Grupo de Trabalho já criado, por despacho conjunto dos Ministérios da Justiça, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Dentro de cerca de 3 meses, esse grupo submeterá ao Governo um relatório final, que terá tido em consideração, entre outras, as recomendações da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização

dos Centros Educativos e da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta.

Outros sinais objetivos foram a intervenção nas instalações da Polícia Judiciária na Guarda, já concluída, a autorização da empreitada de requalificação do novo edifício da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária em Faro, em março; e assim também as várias empreitadas de construção, ampliação e requalificação de instalações de tribunais e da Polícia Judiciária no distrito de Braga, que anunciámos em maio último.

É, pois, nesta linha de ação, com marcos assinalados em novembro de 2022, e em março e maio de 2023, que surge, em setembro último, este grande Plano, que o Orçamento para 2024 também permitirá começar a concretizar.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Outro compromisso assumido pelo XXIII Governo Constitucional – e por isso, naturalmente, também pela Ministra da Justiça – é o combate à corrupção. E também aqui estamos a cumprir.

Na Lei de Política Criminal para o período 2023-2025, a corrupção é considerada um crime de prevenção e de investigação prioritária.

Sendo certo que o combate a esse flagelo não começou agora, não deixarei de sublinhar o quanto reforçámos, junto da Polícia Judiciária, os meios humanos, técnicos e operacionais para o travar: entre 2015 e 2024, esse reforço é da ordem dos 105%, ou seja, mais do que duplicando as verbas destinadas a esse efeito – eram 10.8M€, em 2015, serão 22.2M€, em 2024.

Este reforço é o que também permitirá que, em breve, a Polícia Judiciária tenha em pleno funcionamento um laboratório de perícias digitais, bem como lhe possibilitará quadruplicar o número de profissionais dedicados a esta área.

Mas não só. Além de, em menos de um ano, termos instalado e dotado de orçamento o Mecanismo Nacional Anticorrupção – uma operacionalização cuja rapidez foi, de resto, destacada pela Comissão Europeia, no seu Rule of Law Report, 2023 – e que no Orçamento para 2024 vê essa dotação reforçada em 2% (para mais de 2.1M€), o MENAC é, desde julho de 2023, também, Beneficiário Direto do PRR, tendo-lhe sido atribuída a dotação,

através do PRR da Justiça, de quase 1M€ (996mil€), um valor que acresce ao seu orçamento, para o desenvolvimento do sistema de informação de monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção.

Mais ainda: neste contexto, o reforço dos meios humanos, também do Ministério Público, reveste-se da maior importância – e é para esse reforço que o Orçamento para 2024, e também o Plano Plurianual das Infraestruturas, vêm contribuir.

É que o Plano também inclui a instalação do Polo do Centro de Estudos Judiciários, em Vila do Conde – que permitirá dar forma ao objetivo estratégico de reforçar a formação de magistrados e o número de magistrados a fazer entrar no sistema da Justiça: um objetivo em direção ao qual, de resto, demos mais um passo ainda há poucos dias, com a assinatura do Protocolo firmado com o Município de Vila do Conde.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Estamos a falar de sinais objetivos dados no passado, que este Orçamento estabiliza e consolida. Quero, por isso, deixar uma

nota sobre o nosso desígnio de melhorar o acesso à Justiça e ao Direito, designadamente, otimizando os tribunais administrativos e fiscais, com vista a dar resposta aos legítimos anseios de cidadãos e empresas e reforçar a confiança nesta jurisdição.

Já aprovámos o “primeiro pacote” legislativo da “Reforma da Justiça Administrativa”, que permite, por exemplo, dotar o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais dos meios necessários a uma gestão mais eficiente, mais célere e mais transparente da jurisdição administrativa e fiscal, promovendo o aumento da capacidade de resposta desta jurisdição, e alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, no sentido de se prever a especialização na segunda instância – em vigor desde setembro –, e operacionalizar medidas de reforço de recursos humanos nos tribunais superiores.

Mas permite mais. Refiro-me à criação de uma nova centralidade judiciária, uma nova centralidade que, movidos pela sensibilidade à coesão territorial, quisemos no interior do país. Ora, o Plano Plurianual – que o Orçamento para 2024 também esteia –, abrange, precisamente, a instalação do Tribunal Central Administrativo Centro, em Castelo Branco – um tribunal que desempenhará um papel decisivo na redução de pendências na jurisdição administrativa e fiscal –, e cuja instalação será agilizada

também graças ao Memorando de Entendimento que assinámos com o Município de Castelo Branco, no passado dia 17 de outubro.

Vamos continuar a fazer este caminho.

Como vamos continuar a fazer o caminho que desembocará no aumento da capacidade de resposta dos Meios Alternativos de Resolução de Litígios, designadamente, continuando a alargar a rede de Julgados de Paz.

Temo-lo dito: os meios de resolução alternativa de litígios são uma solução que torna a justiça mais acessível, rápida e simples, sem custos ou pouco dispendiosa e com as mesmas garantias de segurança dos tribunais.

Também nesta área, prometemos e temos honrado a promessa: já criámos mais dois novos Julgados de Paz – o do Agrupamento dos Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, e o Julgado de Paz do concelho de Santo Tirso – o que significa que a rede de Julgados de Paz físicos conta agora com 27 Julgados de Paz, abrangendo 76 concelhos e 3,8 milhões de habitantes (36,27% da população nacional).

Mas há mais: está em curso a implementação do projeto de um Julgado de Paz Virtual/Digital, que também virá em auxílio do nosso desígnio de reforçar a aplicação do princípio da justiça de proximidade, inerente a este meio de resolução alternativa de litígios, sem que, de nenhuma maneira, isso resulte na diminuição das garantias alcançadas com os atuais Julgados de Paz.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Uma palavra mais explícita sobre Pessoas. Porque são as pessoas que a Justiça serve. Por exemplo, as que recorrem aos serviços dos Registos e Notariado, e que hoje podem usufruir, gratuitamente, do Cartão de Cidadão para os bebés até ao primeiro ano de vida – são já 12.000 os cartões emitidos desde o dia 1 de junho, data em que esta medida entrou em vigor; as pessoas que hoje acedem online, com menos custos, à informação predial simplificada; que deixam de ter de renovar as certidões de óbito ativas, que passaram a ser permanentes em setembro; ou que poderão continuar a identificar os seus terrenos rústicos e mistos, sem custos, até final de 2025.

Uma palavra mais explícita sobre as pessoas, e, dentre elas, sobre as mais frágeis – razão primeira e fim último da nossa ação.

Neste Orçamento de Estado também nos focamos nas vítimas de Crime e na proteção dos mais vulneráveis.

Já foi criado um grupo de trabalho, presidido pelo Ministério da Justiça, mas envolvendo várias áreas governativas, com vista à conceção da Primeira Estratégia para as Vítimas de Crimes: a Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas de crime 2024-2028.

Um grupo também composto por representantes da Procuradoria-Geral da República, da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, organizações não governamentais de apoio às vítimas de crime e membros da Academia, e que já está a trabalhar: para breve, aguardamos a apresentação ao Governo de uma proposta de Estratégia, que nos permitirá reforçar uma resposta transversal e um apoio multidisciplinar às vítimas de crimes.

Quero recordar que o Ministério da Justiça atribui e continuará a atribuir inúmeras subvenções nesta área, entre as quais aos GAV

– os Gabinetes de Apoio às Vítimas de Violência de Género a funcionar junto de Departamentos de Investigação e Ação Penal, designadamente – e mais recentemente –, os de Aveiro e Porto-Este, em cumprimento do nosso compromisso de expansão, com a abertura de dois novos Gabinetes de Apoio à Vítima em cada ano, até 2026.

Em resultado dos Protocolos em vigor, as subvenções a pagar pelo Ministério da Justiça ascenderam, em 2023, a 0,5 M€. No Orçamento para 2024, aumentaremos em 18% o valor das subvenções pagas em 2023.

Também no âmbito mais específico da Violência Doméstica, o Orçamento para 2024 inscreve uma verba de 4,5M€, o que representa um acréscimo de 6% relativamente ao montante inscrito em 2023 (+255mil€), consolidando assim o enorme aumento de verbas alocadas pelo MJ a este fim, que em 2021 tinha sido apenas de 1,97M€.

Prometemos e cumprimos – continuaremos a cumprir. Este Orçamento de Estado dá-nos essa confiança, anima-nos a prosseguir e renova a nossa determinação.

Muito obrigada.